

# Cenários com alternativas de regras de gasto para o SUS em 2021.

Arthur Chioro, Bruno Moretti; Ana Paula Menezes Sóter; Jorge Harada; Larissa Maria Bragagnolo; Lumena Almeida Castro Furtado; Mariana Alves Melo; André Luiz Bigal; Elaine Maria Giannotti; Luis Tofani; Daniele Vieira Passos; Deize Grazielle Conceição Ferreira Feliciano; Fernanda Souza Lopes de Camargo; Gabriela Rodrigues da Silva; João Vitor Chau Bernardino.

## Laboratório de Saúde Coletiva (LASCOL) - Unifesp

### INTRODUÇÃO

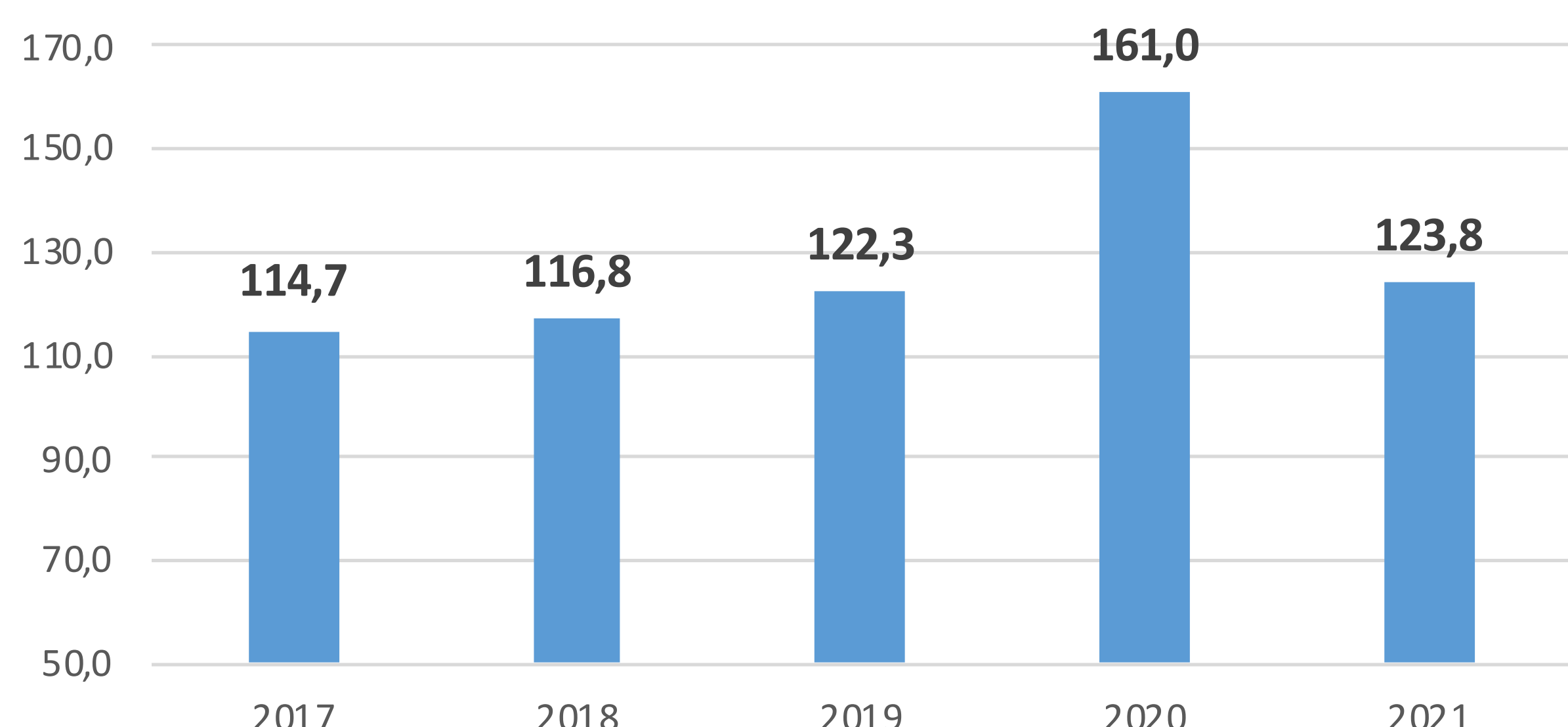
Em 2020, o orçamento federal de ações e serviços públicos de saúde - ASPS foi ampliado com a suspensão das regras fiscais e autorização de despesas fora do teto de gasto, viabilizadas pelo estado de calamidade e a promulgação da EC 106/2020 ("orçamento de guerra"). Parcela do aumento de gastos foi alocada no Ministério da Saúde, com empenhos no orçamento para ASPS de R\$ 161 bilhões em 2020.

Com a retomada das regras fiscais em 2021, o orçamento federal ASPS foi reduzido em R\$ 37 bilhões. Neste sentido, torna-se importante rediscutir as regras fiscais e seus impactos sobre a capacidade estatal de combater a pandemia e atender outras demandas. Ante o exposto, são desenhados dois cenários com hipóteses de mudanças nas regras de gasto e seus impactos sobre o SUS.

### METODOLOGIA

Análise documental por meio de consulta ao Orçamento, Empenho, Lei Orçamentária Anual (LOA), Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e SIOPS. Os achados foram analisados por especialistas, docentes e alunos da área de saúde, gestão e economia. A pesquisa foi financiada pelo Ministério Público Federal (MPF-SP).

**Gráfico 1 - Orçamento de ações e serviços públicos de saúde (R\$ bilhões)\***



\* Fonte: Siop. Não considera recursos do royalties e reposição de RAP. Entre 2017 e 2020, empenho. Para 2021, PLOA. Para 2021, não inclui créditos reabertos referentes à vacinação, de R\$ 21,6 bilhões.

### OBJETIVO

Analisar o cenário que previa a manutenção das regras de gasto (regra de ouro, teto de gasto e resultado primário) e apresentar dois cenários alternativos: a) adoção de piso equivalente aos valores empenhados em 2020; b) adoção de piso equivalente aos valores empenhados em 2020 + IPCA 2020

**Cenários de ampliação dos valores aplicados em saúde em relação ao PLOA 2021 e ao recurso aplicado em 2020 (R\$ bilhões)**

Cenários de proposta piso 21	Proposta piso 21	Proposta piso 21 PLOA 21	Proposta piso 21 Empenho 20
<b>Cenário 1: piso equivalente aos valores empenhados em 2020</b> Em 2020, foram empenhados R\$ 161 bilhões em ações e serviços públicos de saúde. Tendo em vista o patamar elevado e crescente de casos de Covid-19, este primeiro cenário prevê manutenção em 2021 do recurso aplicado em 2020, de R\$ 161 bilhões. Fundamentalmente, este cenário recuperaria as perdas nominais de recursos, considerando o PLOA 2021 e os valores aplicados em ASPS em 2020.	161	37,2	0
<b>Cenário 2: valores empenhados em 2020 + IPCA 2020 (4,52%)</b> Piso emergencial com base nos recursos empenhados em 2020, atualizados pelo IPCA do exercício passado (4,52%). A inflação acelerou no segundo semestre de 2020 e o IPCA que reajusta o teto (de doze meses, acumulado até junho de 2020) não captou a maior parte da elevação de preços. Por isso, seria importante atualizar o orçamento de saúde pela inflação fechada do ano, sobretudo considerando o aumento dos preços de insumos de saúde e seu impacto sobre o orçamento de estados e municípios. A fórmula resultaria em um mínimo obrigatório de R\$ 168,3 bilhões, próximo ao valor defendido pelo Conselho Nacional de Saúde	168,3	44,5	7,3

Fonte: Siop e IBGE (estimativas da população e IPCA). Elaboração própria.

### ACHADOS DA PESQUISA

**A retomada das regras fiscais em 2021 resultou em perda de recursos para o SUS de R\$ 37 bilhões, resultante da diferença entre os valores ASPS empenhados em 2020 e o PLOA 2021, encaminhado no piso congelado da EC 95**

**Salvo os créditos extraordinários de 2020 reabertos em 2021, que destinaram 20 bilhões para aquisição de vacinas esse ano, não foram previstos recursos extraordinários para enfrentamento da pandemia em 2021 e nem para garantir a manutenção das atividades do SUS**

**A redução de financiamento do SUS em 2021 implica em fortes restrições à oferta de serviços, e inviabiliza o atendimento a uma série de demandas de saúde demandas represadas por procedimentos referentes a 2020;**

**Teria sido preciso estabelecer um piso emergencial para despesas federais ASPS em 2021 que garantisse a manutenção, em termos nominais, dos valores empenhados em 2020 (161 bilhões) ou, de preferência, pudesse repor também a inflação do período (168,3 bilhões)**

### CONCLUSÕES:

Além da imediata revogação da EC-95, é fundamental um piso emergencial para despesas federais ASPS para garantir:

- as demandas represadas por procedimentos referentes a 2020;
- as habilitações de serviços abertos pelos entes, mas que ainda não contam com recursos federais;
- A aquisição de insumos de saúde com baixa disponibilidade (por exemplo, medicamentos de UTI) e elevação de preços;
- a manutenção e ampliação dos leitos de UTI COVID-19 habilitados pelo Ministério da Saúde;
- recursos para vacinação;
- recursos para apoio aos laboratórios oficiais na transferência de tecnologia de saúde.